



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 62/XV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de julho de 2023, pelas 11 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 61, de 12 de julho de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
- **Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª (GOV) — Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais;**

Relatora: Deputada Isabel Pires (BE)

- **Proposta de Lei n.º 98/XV/1.ª (GOV) — Altera o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais abrangidas por associações públicas profissionais;**

Relator: Deputado Manuel Loff (PCP)

4. **Outros assuntos:**

- **Definição da metodologia para a apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª (PS) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida.**

Os trabalhos foram conduzidos pela Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Ana Bernardo, que cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados e deu início à [reunião](#) nos seguintes termos:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 61, de 12 de julho de 2023;**

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH.

2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

Neste ponto, a Senhora Vice-Presidente informou que não tinham baixado novas iniciativas à Comissão.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 62/XV/ 1.ª SL

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- [Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais;

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) apresentou o seu [parecer](#) sobre a iniciativa acima mencionada, referindo-se, de forma sintética, ao objeto e fundamentos da mesma. No que respeita ao enquadramento legal, remeteu para o conteúdo da nota técnica, aludindo, depois, às iniciativas legislativas com objeto conexo que se encontravam pendentes e cuja discussão na generalidade estava agendada para a sessão plenária desse mesmo dia. Fez referência aos pareceres emitidos pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sublinhando o alerta que neles consta a propósito da ausência do «parecer obrigatório» da DGERT, sobre a avaliação do princípio da proporcionalidade, a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 2/2021, de 21 de janeiro, salientando o estabelecido no disposto no n.º 5 desse mesmo artigo. Concluiu afirmando que se encontravam genericamente cumpridos os requisitos necessários à apreciação da proposta de lei pelo Plenário. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) felicitou a relatora pela elaboração do parecer, que foi depois colocado à votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH.

- [Proposta de Lei n.º 98/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Altera o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais abrangidas por associações públicas profissionais;

O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) apresentou o [parecer](#), da sua autoria, sobre a proposta de lei *supra* referida, começando por aludir aos principais aspetos da tramitação da iniciativa após ter dado entrada na AR e salientando o agendamento da respetiva discussão na generalidade para a sessão plenária dessa tarde, em conjunto com a proposta de lei cujo parecer tinha sido anteriormente apresentado. Seguidamente, referiu-se ao objeto da iniciativa e informou que reservaria a sua opinião para o debate em Plenário, afirmando que se encontravam verificados os requisitos necessários à apreciação da proposta de lei naquela sede. No final, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) saudou o relator pela elaboração do parecer, que foi depois colocado à votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH.

4. Outros assuntos:



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 62/XV/ 1.ª SL

- Definição da metodologia para a apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª \(PS\)](#) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida.

Sobre esta questão, usaram da palavra os Senhores Deputados Francisco César (PS) e Clara Marques Mendes (PSD), concordando que a alteração legislativa preconizada pelo projeto de lei não era complexa, pelo que não consideravam ser necessária a constituição de um grupo de trabalho, hipótese que, assim, foi afastada. Ficou ainda acordado que a apresentação de propostas de alteração podia ocorrer até 29 de setembro, agendando-se a discussão e votação na especialidade para reunião da Comissão no início do mês de outubro.

Ainda no ponto reservado a outros assuntos, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) tomou a palavra para lamentar a não conclusão, até à interrupção dos trabalhos parlamentares, do processo legislativo relativo aos projetos de lei em apreciação no [Grupo de Trabalho — Forma de Pagamento do Apoio Extraordinário](#)¹. Recordando que o início da votação tinha ficado pendente da audição da Senhora Presidente do instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS,I.P), Dra. Teresa Fernandes, que não foi realizada por indisponibilidade da própria, criticou o GP do PS por ter insistido na realização de uma audição presencial, recusando a possibilidade de pedido de contributo escrito, sugerida pelos restantes GP. Manifestou o seu descontentamento pelo adiamento para setembro da conclusão do processo, afirmando que a questão suscitada pelos projetos de lei só se colocava por erro do Governo, que determinou o pagamento do apoio extraordinário por transferência bancária, quando nenhum cidadão era obrigado a ter uma conta bancária. Associou-se a esta posição o GP do PSD, pela voz da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que acusou o GP do PS de impedir o acesso de muitos cidadãos ao apoio em causa, afirmando que nada justificava a exigência da conta bancária. Saliou o esforço de todos os GP para que o processo legislativo fosse concluído antes da interrupção dos trabalhos parlamentares, dizendo que tal não ocorreu porque a maioria do GP do PS tinha bloqueado essa hipótese. Mais acrescentou, que a audição que fora realizada, a da Associação Portuguesa de Bancos, tinha sido objetiva e produtiva, pelo que o processo só não tinha avançado por falta de vontade política do GP do PS. O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) subscreveu o

¹ Projetos de Lei n.ºs [742/XV/1.ª \(BE\)](#); [793/XV/1.ª \(PCP\)](#); e [802/XV/1.ª \(PAN\)](#).

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 62/XV/ 1.ª SL

entendimento dos GP do BE e do PSD e comunicou que, tendo em conta a impossibilidade de o processo ser concluído antes do último plenário de votações (19.07), o GP do PCP tinha decidido requerer a avocação para aquela sede da discussão e votação na especialidade do seu projeto de lei - Projeto de Lei n.º 793/XV/1.ª (PCP). Disse ainda estranhar a atitude da IGFSS,I.P. e concluiu referindo que, com o requerimento do GP do PCP, os GP teriam na sessão plenária dessa tarde a oportunidade de posicionarem sobre o tema. Para encerrar a discussão, interveio a Senhora Deputada Paula Reis (PS), que começou por referir que era tradição do GP do PS ouvir todas as partes, pelo que, tendo sido realizada a audição da Associação Portuguesa de Bancos, era necessário dar oportunidade à IGFSS,I.P. para se pronunciar. Por outro lado, disse que a questão concreta da impenhorabilidade, a que levantava dúvidas no processo legislativo em causa, se colocava em relação a outras prestações sociais, considerando, assim, que era relevante que ficasse esclarecida e que fosse definido um procedimento, por forma a evitar problemas no futuro. Por fim, afirmou que as prestações estavam a ser pagas, lembrando que a criação do apoio extraordinário tinha sido uma iniciativa do próprio executivo.

A reunião foi encerrada pelas 12 horas e oito minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de setembro de 2023.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 62/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)
Isabel Pires (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
